



Entrevista MACAÉ EVARISTO

Ministra de Estado (MDHC)

Entrevistadores:

Otávio Morato
Isadora Montanar
Ivonise Capanema



Revista do CAAP



ENTREVISTA COM MACAÉ EVARISTO, MINISTRA DE ESTADO

Otávio Morato¹

Isadora Montanar²

Ivonise Capanema³

Apresentação

Macaé Maria Evaristo dos Santos é educadora e militante histórica das lutas por justiça racial, educação pública e direitos dos povos tradicionais no Brasil. Nascida em São Gonçalo do Pará (MG), formou-se em Serviço Social pela PUC Minas, onde também obteve o título de mestre em Educação, com a dissertação *Práticas instituintes de gestão das escolas Xacriabá* (2006). Professora na educação básica desde os 19 anos, foi Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte e, posteriormente, Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais, sendo a primeira mulher negra a ocupar esse cargo. Foi Secretária de Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC) de 2013 a 2014. Ao longo de suas gestões, implementou políticas públicas voltadas à inclusão, ao combate às desigualdades raciais e teve papel decisivo na aplicação de diretrizes para a educação escolar indígena e quilombola. Em 2024, foi nomeada Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), aprofundando sua atuação em defesa dos direitos das populações historicamente marginalizadas. Nesta entrevista à Revista do CAAP, Macaé Evaristo reflete sobre os caminhos da educação e sua relação com a luta por democracia e justiça social.

¹ Doutorando em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com período sanduíche na Université libre de Bruxelles – Bélgica. Mestre em Direito pela UFMG. Pós-graduado em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Bacharel em Direito pela UFMG. Bacharel em Ciências Contábeis pela PUC Minas e Bacharel em Administração pela PUC Minas. Editor-Chefe da Revista do CAAP. E-mail: otaviomorato@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0541-7353>.

² Graduanda em Cinema de Animação e Artes Digitais na UFMG. E-mail: isamontanar@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7669-4746>.

³ Graduada em Letras (UFMG), Comunicação Social - Relações Públicas (PUC Minas). E-mail: ivonise.capanema@gmail.com

1. A senhora já declarou que a escola e a Universidade pública devem ser espaços de produção da democracia. Qual a sua análise sobre as tentativas recentes de militarização do ensino – como a instituição de escolas cívico-militares no estado de São Paulo?

Sou contrária a esse modelo de ensino. Minha concepção de educação se baseia em Paulo Freire, para quem a escola se constitui como um espaço dialógico que busca, por meio da educação, a liberdade e a emancipação. As escolas são espaço de aprendizagens e, sobretudo, de vivência, portanto não cabe a ideia de uma disciplina militar. A partir da concepção freiriana, a educação é por princípio uma prática de liberdade.

O argumento para implantação das escolas cívico-militares seria a ocorrência de violência no espaço escolar. Nesse sentido, trago uma reflexão do professor Miguel Arroyo, que afirma que “não são as infâncias que são violentas. Elas são sim violentadas pela sociedade, pela pobreza, pelas favelas, pelas desigualdades sociais, de raça, gênero e isso chega às escolas.” A violência nos ambientes escolares nos exige formular abordagens mais complexas, que não é simplesmente a imposição de um modelo militar.

Em contraposição a essas escolas cívico-militares, defendemos escolas democráticas, de tempo integral, em que os alunos estejam integrados ao território. A escola como um espaço aberto à comunidade, à cultura e guiada por valores democráticos.

2. Sua dissertação, defendida em 2006 na FaE (Faculdade de Educação da UFMG), investigou os povos indígenas Xacriabá¹. Como a senhora enxerga hoje a urgência de uma política pública que não apenas reconheça, mas *aprenda* com novos modos de vida?

A minha história com os povos Xacriabá é antiga, de quando era professora da rede pública, e é marcada por muito aprendizado e alegrias. Tenho tanto uma história pessoal de muita proximidade e amizade com os povos indígenas Xacriabá como também como gestora, quando participei da implantação de escolas indígenas. Fui coordenadora do Programa de Implantação de Escolas Indígenas de Minas Gerais, entre 1997 e 2004. Orgulho-me sempre ao ver a atuação da deputada federal Célia Xacriabá, que conheço desde criança e que, inclusive, foi minha aluna. E voltar ao território Xacriabá, em São João das Missões, é sempre muito gratificante encontrar amigos e amigas, mas sobretudo ver a organização desse povo para a retomada do território. Entre tantos aprendizados, entendi que não se separa a luta por educação da luta pelo território. A remarcação das terras indígenas é fundamental para que outros direitos possam ser alcançados.

3. Ao longo da história, o Direito tem sido tanto campo de resistência quanto de opressão. Como fortalecer sua dimensão emancipatória, especialmente para as populações negras e periféricas?

A emancipação é um processo contínuo de empoderamento e autonomia,

especialmente para aqueles que enfrentam desigualdades históricas e estruturais. Faço parte do movimento negro que, como destaca a professora Nilma Lino Gomes, é educador e nos ensina que a luta antirracista deve ser diária e interseccional, envolvendo políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. É fundamental olhar para o campo do Direito como lócus da construção da emancipação. No entanto, ao olharmos para o judiciário brasileiro, chegamos à triste conclusão que ainda falta muito para que possamos ter maior presença de negros naquele segmento e que são necessárias ações afirmativas para isso. Tive oportunidade de falar sobre esse tema em evento promovido pelo Instituto de Referência Negra Peregum, que tem feito uma avaliação técnica e acompanhado a implementação de cotas no judiciário. Temos muito trabalho.

4. Na última década, o Brasil assistiu ao desmantelamento das universidades públicas e do fomento a pesquisadores – algo que agora se repete em esfera global sob os auspícios de Trump. Que caminhos enxerga para resistir a esse cenário e fortalecer uma ciência plural, crítica e socialmente enraizada?

O ataque às universidades é a face concreta de uma guerra contra a ciência por segmentos da extrema-direita. Nessa disputa de visões de mundo é estratégico repensar a ciência a partir de uma epistemologia que esteja em diálogo com outros saberes, em especial com os movimentos sociais que lutam por justiça, por igualdade e por democracia. Assim

também acredito que o campo do Direito pode estar em articulação com as lutas populares. Só assim é possível pensarmos as ciências modernas a partir de uma visada descolonizadora – e, podemos dizer, emancipatória.

5. Nos dias atuais, os algoritmos vêm moldando comportamentos, decisões e até afetos nas plataformas digitais². Qual o papel da educação na formação crítica das novas gerações?

Esse não é só um debate do Brasil, também se dá de maneira mais ampla no ambiente das empresas transnacionais. Temos que debater e regular as empresas e plataformas que operam por trás desses ambientes digitais que usam o bullying, usam a violência, usam o racismo e usam a misoginia como mecanismo de auferir lucro. Muitas vezes, por trás de um joguinho inocente, ou um desenho infantil que o seu filho ou sua filha está acompanhando na internet, há redes de pedofilia, ofertas de jogos digitais. Estamos atuando fortemente, articulados com outros setores do governo federal. Nosso governo já tem feito ações muito efetivas, como a legislação que proíbe o uso do celular na escola, uma legislação que já surte efeitos concretos.

6. A população de rua cresceu drasticamente nos últimos anos. Só em Belo Horizonte, são cerca de 15.000 cidadãos nesta situação. Como o programa *Ruas Visíveis* busca assegurar os direitos fundamentais das pessoas em situação de rua, e de que forma o Ministério dos Direitos Humanos e da

Cidadania (MDHC) atua para que sua execução alcance de forma eficaz os territórios em maior situação de risco?

O aumento da população em situação de rua é um fenômeno que tem se intensificado em diversas cidades brasileiras, inclusive em Belo Horizonte, refletindo desigualdades estruturais agravadas pela pandemia. Diante desse cenário, o MDHC tem atuado de forma estratégica com o programa Ruas Visíveis: Plano Nacional pelos Direitos da População em Situação de Rua.

O programa Ruas Visíveis é uma iniciativa interministerial, coordenada pelo MDHC, que visa garantir a essa população o acesso a direitos fundamentais, com três grandes ações de acesso: o Minha Casa Minha Vida, o programa Cozinha Solidária e o Programa Pontos de Apoio da Rua (PAR). O foco é romper com o ciclo de invisibilidade e violência institucional, atuando nos territórios por meio da articulação entre governo federal, estados, municípios e a sociedade civil.

Em Minas Gerais, o MDHC acompanha a realidade local por meio de ações integradas, visitas técnicas, articulação federativa e apoio a políticas como o Minha Casa, Minha Vida, direcionado à população em situação de rua, além da promoção de pontos de apoio, cozinhas solidárias e iniciativas comunitárias de cuidado e proteção.

Nosso compromisso é levar esse programa a todos os municípios brasileiros, é assegurar que a política pública federal chegue à ponta com eficácia e dignidade, a partir do reconhecimento da população em situação de rua como sujeitos de direitos, e

não como alvo de ações de higienização social ou criminalização da pobreza.

7. Em mais de 130 anos de República, Minas Gerais nunca teve uma mulher eleita governadora. O que esse dado revela sobre a política mineira?

Podemos ainda observar uma representatividade feminina não satisfatória nos cargos mais altos da política mineira e brasileira, como o de governadora e senadora. Mas a boa notícia é que esse quadro vem mudando. Podemos perceber esse avanço nos legislativos. Por exemplo, na última eleição, foram eleitas 15 mulheres para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais para a 20ª legislatura, sendo quatro mulheres negras. As mulheres, cada vez mais, têm percebido a importância de tornar mais diversos os espaços institucionais. É o momento de o eleitorado começar a pensar na representatividade das mulheres para cargos como o de governadora e de senadora.

8. O que a senhora gostaria que uma adolescente negra dissesse ao encontrar seu nome num livro de história no futuro?

Na minha cidade de São Gonçalo do Pará, fui uma adolescente apaixonada pela literatura. Os livros sempre foram grandes portais, e o contato com a história de mulheres negras foi fundamental para que eu pudesse sonhar e vislumbrar os caminhos que trilhei. Quero que essa adolescente, ao ver minha trajetória, possa

saber que é possível fazer política com alegria e que a história de uma mulher negra comum é a história deste país e digna de constar nos livros de história.

* * *

REFERÊNCIAS

¹ EVARISTO, Macaé. Práticas instituientes de gestão das escolas Xacriabá. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. Repositório Institucional da UFMG.

² ALVES, Marco Antônio Sousa Alves; ANDRADE, Otávio Morato de. Autonomia individual em risco? Governamentalidade algorítmica e a constituição do sujeito. *Cadernos Metrópole 24 (55)*, 2022.